

Editorial

SICOMP — PRIMEIRAS REUNIÕES DA DIREÇÃO NACIONAL E DO CONSELHO GERAL ELEITAS NO VIII CONGRESSO, REALIZADO EM 26 DE FEVEREIRO DE 2017, NO HOTEL ROMA, EM LISBOA

Dia 26 de Maio de 2017 e dia 22 de Junho de 2017, respectivamente na Sede do SICOMP e nas instalações do SNQTB, em Lisboa, realizou-se e irá acontecer, as primeiras reuniões destes importantes Órgãos nacionais do SICOMP, após o VIII Congresso, para **analisar e reafirmar** a actividade do SICOMP no Sector das Comunicações de Portugal – com decisões que reforcem o **Sindicalismo Autónomo e Independente** ao serviço dos quase **50.000 trabalhadores** (activos e não activos) do **Grupo PT** (agora ALTICE), **Grupo CTT**, **Grupo RTP, NOS e outros**.

A Ordem de Trabalhos das reuniões da Direção Nacional e do Conselho Geral, são o **Relatório de Atividades e Contas de 2016** – O Plano e Orçamento para 2017, já foi aprovado em Novembro de 2016, assim como a **situação político – laboral, profissional e social** deste importante Sector de Actividade de Comunicações de Portugal. ➔ P.2



AE CTT | 2017

PLATAFORMA DE ACORDO EMINENTE!

Como informamos no nosso **Jornal das Comunicações nº. 5/17 de 11 de Maio**, tem decorrido o processo negocial de revisão do AE dos CTT/2017, com a realização de 6 reuniões (4 de Abril - 9,16,24,30 Maio e 6 de Junho) entre a Gestão dos CTT e todas as Associações Sindicais deste Grupo Empresarial.

➔ P.2



PT VAI SER ALTICE

O SICOMP, presente na reunião mundial de 23 de Maio de 2017, no Parque das Nações sobre a PT e a Altice foi a **única ERCT** da PT que emitiu um comunicado no **próprio dia** sobre este importante acontecimento global, no Setor das Comunicações (**Comunicado nº. 1 / 17 de 23 de Maio de 2017**). ➔ P.2



RTP A REVISÃO DO AE/2015 NÃO PODE PARAR

O SICOMP tem participado ativamente nas reuniões gestão / sindicatos, **quer da revisão do AE/2015 quer nas reuniões bimensais**, com a presença interventiva da nossa Vice – Presidente **Susana de Faria** e da nossa Dirigente Executiva **Cristina Fidalgo** eleita no **VIII Congresso do SICOMP**.

Esperamos que neste 60º Aniversário da RTP – **importante Empresa de Comunicação Pública** – se consiga obter uma Plataforma de Acordo Salarial que **atinja todos os trabalhadores da RTP** que **não têm atualização desde 2009, no tempo do Governo Sócrates**. ■



INTERVENÇÃO DA USI NA
AUDIÇÃO PROMOVIDA
PELO GRUPO PARLAMENTAR
DO PCP

SICOMP — PRIMEIRAS REUNIÕES DA DIREÇÃO NACIONAL E DO CONSELHO GERAL ELEITAS NO VIII CONGRESSO, REALIZADO EM 26 DE FEVEREIRO DE 2017, NO HOTEL ROMA, EM LISBOA

➔Continuação da página 1

Dai a importância da participação e do empenho positivo dos Dirigentes Nacionais do SICOMP, eleitos no VIII Congresso, realizado em 26 de Fevereiro de 2017.

É convicção e certeza (desde a fundação do SICOMP em 1989) que só o nosso Sindicato está em condições de dar respostas ao movimento sindical do Sector, dada a sua **total independência** face aos **Partidos Políticos, ao Poder Económico** – a CGTP e a UGT dependem do CES (**financiado pelo Estado Português**) e face a quaisquer outros interesses, incluindo **jogadas empresariais de quererem escolher os sindicalistas do seu agrado**. Por isso se solicita a devida participação, em especial, no **Conselho Geral – o órgão mais importante entre Congressos** – dos nossos Dirigentes Nacionais para debatermos em conjunto **as melhores formas** de relançar e mobilizar os trabalhadores do Setor para se **sindicalizarem** e serem ativos na defesa dos **seus interesses colectivos**.

O Sindicalismo, desde a primeira **Revolução Industrial**, nos finais de 1800 e de todo o Século XX –**foi fundamental para a conquista de direitos laborais, profissionais e sociais do conjunto dos trabalhadores por conta de outrem.**■

SINDICALIZA-TE POR DIREITO E POR DEVER!

AE CTT | 2017

➔Continuação da Página 1

Na última reunião de 6 de Junho a Empresa apresentou uma Proposta reformulada nos seguintes termos:

ESCALÕES	AGRÉSCIMO (%)
1º	0,75
2º	0,65
3º	0,5
Vencimentos Superiores	– 0%
Restante matéria salarial	– 0%

O SICOMP continua com a sua Proposta de Redução do **Leque Salarial (aproximação entre os vencimentos mais baixos com os mais altos)** e apresentou a seguinte Proposta:

- **TABELA SALARIAL:** Acréscimo de **18 (Dezoito) Euros mensais** para todos os trabalhadores dos CTT.
- **RESTANTE MATÉRIA PECUNIÁRIA:** Acréscimo de 1%.
- **DATA DE EFEITOS:** 1 de Janeiro de 2017

A próxima reunião é dia **14 de Junho de 2017 – Quarta – Feira, pelas 10,30 Horas, em Lisboa (Rua da Palma)**.

PELA REDUÇÃO DO LEQUE SALARIAL QUE É MAIS JUSTO!

PT VAI SER ALTICE

➔Continuação da página 1

O SICOMP, presente na reunião mundial de **23 de Maio de 2017, no Parque das Nações** sobre a PT e a Altice foi a **única ERCT** da PT que emitiu um comunicado no **próprio dia** sobre este importante acontecimento global, no Setor das Comunicações (**Comunicado nº. 1 / 17 de 23 de Maio de 2017**). A Comunicação Social – **por razões de preferência sindical ou por desconhecimento do movimento sindical da PT** – só refere posições do **STPT**, esquecendo que este sindicato, apesar de ser o mais antigo do sector, criado em 1921, **já mudou várias vezes de nome – Sindicato dos Telefonistas de Lisboa, Sindicato dos Telefonistas de Lisboa e Porto, Sindicatos dos Trabalhadores da PT, etc...**, sendo previsível que agora mude outra vez de nome, talvez para Sindicato da Altice - não informa sobre as posições de outros Sindicatos da PT, **como o SICOMP**, que participa e divulga **atempadamente em todos os eventos de destaque da evolução do Grupo PT**, ao longo dos anos, sendo inclusivamente um dos 2 sindicatos (o outro é o SINDETELECO /UGT) que **foram subscritores e fundadores do 1º AE da PORTUGAL TELECOM**, quando da criação do Grupo PT, em 1994. O SICOMP já solicitou uma reunião bilateral ou em conjunto com o CA da PT sobre este acontecimento que esperamos ser realizada brevemente.■

SINDICALIZA-TE NO SICOMP!

AUDIÇÃO PÚBLICA NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A USI foi convidada pelo Grupo Parlamentar do PCP, para uma audição pública sobre «**HORÁRIOS DE TRABALHO: COMBATE À DESREGULAÇÃO, 35 HORAS, RESPEITAR DIREITOS!**», que se realizou no passado dia 15 de Maio de 2017. Partilhamos com os nossos leitores a Intervenção realizada:



Boa – Tarde,

Em nome da USI – União dos Sindicatos Independentes os nossos cumprimentos a todos os presentes e particularmente ao Grupo Parlamentar do PCP, que nos endereçou o convite para esta audição, o qual desde já agradecemos. Cumprimento igualmente o Sr. Secretário-geral do PCP, Jerónimo de Sousa aqui presente. O meu nome é Carlos Vicente - Secretário-geral Adjunto da USI e estou aqui em representação da sua Comissão Executiva e do seu Presidente. A USI, é uma Confederação Sindical Autónoma e Independente, que vai fazer 17 anos – foi constituída em 2000 e representa actualmente vários Sindicatos de Diversos Sectores de Actividade, nomeadamente o Sector Financeiro, as Comunicações, os Transportes Ferroviários, a Energia, os Professores, os Administrativos da Saúde, o Comercio e Serviços e a Administração Pública. Contamos ainda com a colaboração de Sindicatos observadores, ainda não filiados, do Setor da Metalomecânica e da Aviação Civil. Sobre os assuntos, que foram propostos para esta audição, consideramos o seguinte:

O combate à desregulamentação nas relações laborais passa quanto a nós pela contratação colectiva.

Em Portugal, apenas uma parte da população empregada é abrangida pela contratação colectiva.

Tal situação origina, que as relações laborais nas Empresas sem contratação colectiva fiquem

desreguladas e desequilibradas prejudicando fortemente os interesses dos trabalhadores que se encontram nessas situações.

Em função do estipulado no Artigo 485º. Do Código do Trabalho, o Estado deve promover a contratação colectiva, de modo que as convenções colectivas sejam aplicáveis ao maior número de trabalhadores e empregadores.

No entanto, a aplicação da Contratação Coletiva como é sabido, abrange apenas uma parte bastante insuficiente do conjunto dos trabalhadores portugueses, o que quanto a nós é preocupante, e provoca naturalmente a desregulação no mercado de trabalho.

Numa primeira análise, verifica-se que a norma em vigor no Código de Trabalho, não foi aplicada de forma a corresponder ao que seria desejável. A USI está disponível para encontrar soluções, com as entidades competentes, como pazeiro social em representação do Sindicalismo Autónomo e Independente.

O Horário de Trabalho é também uma Luta dos trabalhadores por conta de outrem a nível mundial e em particular dos trabalhadores portugueses; Uma luta que gerou vários conflitos sociais, provocou a morte a milhares de trabalhadores e levou a que a comunidade mundial decidisse comemorar em cada ano, o 1º de Maio – Dia Mundial do trabalhador, em homenagem aos trabalhadores que há mais de 100 anos, em Chicago, nos Estados Unidos da América, lutaram pela redução do horário de trabalho.

Actualmente a redução do horário de trabalho é um assunto que continua na ordem do dia.

A USI realizou, em 28 de Outubro de 2016, em Lisboa um Congresso, sobre o tema – CONCILIAÇÃO DA VIDA PROFISSIONAL FAMILIAR E PESSOAL, no qual foi abordada a questão do horário de trabalho.

Conclui-se que além da flexibilidade do horário de trabalho e outras medidas é necessário, também evoluir na redução da carga horária, que passa pela eventual fixação do horário de trabalho, nas 35 horas semanais, para todos os trabalhadores. Nesse sentido estamos também disponíveis para encontrar soluções para a aplicação desta medida, com o Governo e os representantes patronais no âmbito da Concertação Social, a nível nacional e a nível sectorial no âmbito da

➤ Continua na página seguinte

AUDIÇÃO PÚBLICA NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Continuação da página anterior

Contratação Coletiva, através dos nossos sindicatos filiados.

RESPEITAR DIREITOS - Quanto a este assunto, entendemos que as Comissões Paritárias criadas no âmbito da Contratação Coletiva são instrumentos

importantes para fazer respeitar os direitos obtidos, sendo que os Sindicatos dos vários Sectores de actividade, representados nestes Órgãos de Concertação Social a nível empresarial, são fundamentais para concretizar estes objectivos.

Este assunto também está relacionado com o alargamento da contratação colectiva a maior número de trabalhadores e Empresas.

Quantas mais Empresas estiverem abrangidas, maior possibilidade haverá de Constituição de Comissões Paritárias, que zelem pelos direitos obtidos, bem como pela necessidade do funcionamento eficaz dos órgãos de fiscalização do Estado, nomeadamente a Autoridade das condições de Trabalho.

Concluindo, a USI – Confederação Sindical Autónoma e Independente é fiel aos princípios referidos anteriormente, mas não está dependente de directivas ou estratégias político – partidárias ou outro tipo de combinações sindicais de estruturas político – partidárias, para lutar pela sua aplicação.

Respeitamos naturalmente as diversas organizações sociais e nomeadamente os Partidos Políticos, que tem importante função na sociedade portuguesa, uma das quais é elaboração, aplicação e fiscalização da legislação em geral e particularmente a laboral, bem como na audição dos representantes da sociedade civil e neste caso concreto dos Organismos de Representação Coletiva dos trabalhadores, como é o caso desta iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP.

Entendemos que os interesses sócio laborais dos trabalhadores portugueses devem ser da competência das suas organizações representativas de Base, nos vários sectores de actividade – os Sindicatos e também ao nível de Confederações Sindicais, que defendam os princípios da democracia sindical e da sua autonomia e independência.

Na realidade são estes que representam colectivamente os interesses dos seus filiados,

independentemente das suas opções político – partidárias.

Por isso a USI continuará o seu caminho de luta pelos interesses legítimos da comunidade laboral portuguesa, mantendo a sua autonomia e dependendo apenas da vontade dos Sindicatos Filiados, mas sempre disponível em relação aos contactos institucionais com as diversas estruturas governamentais, empresariais, partidos políticos e outras com vista a alcançar os objectivos que pretendemos, privilegiando sempre o diálogo e a concertação social, sem abandonar outros meios de luta como último recurso, no qual se inclui a greve.

Consideramos ainda, que para defender os objectivos pretendidos, a USI deve estar representada no Conselho Económico e Social. A USI esteve presente no dia 1 de Março de 2017, na Comissão de Trabalho, da Assembleia da República, onde foi analisado o alargamento do CES.

Estiveram presentes os representantes de todos os Partidos representados na Assembleia da República que tiveram a oportunidade de ouvir as nossas razões, uma das quais é a representação dos trabalhadores portugueses, que não corresponde à realidade sindical existente no país. Defendemos por isso o alargamento do CES de modo a que na sua composição possa estar representada a USI – União dos Sindicatos Independentes.

A Constituição de Abril de 1976 pôs em causa o princípio da organização sindical única.

Em 1977, a lei sindical foi alterada, tendo sido reconhecido o princípio da pluralidade sindical e em 1978 é criada a UGT.

Em 2000 é criada a USI – União dos Sindicatos Independentes.

Actualmente, a CGTP e a UGT que fazem parte do CES e do CPCS, não representam a totalidade das Associações Sindicais em Portugal e por isso a representação dos trabalhadores portugueses no CES e CPCS, deve ser alargada a outras Confederações Sindicais, nomeadamente a USI – União dos Sindicatos Independentes.

Para terminar renovamos os nossos agradecimentos pelo convite para esta audição e obrigado pela vossa atenção. ■

**REFORÇA O SINDICALISMO
AUTÓNOMO E INDEPENDENTE!
SINDICALIZA-TE
NO SICOMP!**